

## TROPAS E VENDAS NO COMÉRCIO DE ABASTECIMENTO DO SETECENTOS

MARCELO MAGALHÃES GODOY<sup>1</sup>; LIDIANY SILVA BARBOSA<sup>2</sup>

1; 2 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

*mmgodoy@cedeplar.ufmg.br; lidiany@cedeplar.ufmg.br*

**Resumo** - O objetivo do artigo é a apresentação de panorama das atividades mercantis de Minas Gerais no século XVIII, com ênfase: i. o problema do abastecimento da cidade mineradora; ii. a formação de mercado interno; iii. o processo de substituição de importações; iv. o caráter geral do comércio setecentista; v. a formação e ciclo de vida da elite mercantil; vi. crédito e endividamento; vii. Estado e regulação das atividades mercantis

**Palavras-chave:** Minas Gerais. Século XVIII. Comércio. Abastecimento

### I. INTRODUÇÃO

O comércio sempre ocupou posição destacada nas mais diversas leituras historiográficas da economia e sociedade mineira do século XVIII. Concomitante ao fascínio exercido pela mineração aurífera, sempre despontou o interesse em conhecer a forma de provimento de economia especializada e sociedade fortemente urbanizada. A imagem de extremada e contínua dependência do exterior, aplicável até o início da “decadência das minas” ou do fim do “ciclo do ouro”, foi gradualmente substituída pela percepção de diversificação econômica iniciada nas primeiras décadas do Setecentos e que, sem questionar a centralidade da mineração até o terceiro quartel da centúria, impediu crise a projetar a economia de Minas Gerais, segundo propunha aquela imagem, em quadro de “involução econômica” resultante da migração de fatores de produção para a nascente cafeicultura do vale do Paraíba do Sul. À ruptura explicitada pela descontinuidade decorrente da excessiva dependência da mineração de ouro e diamantes na geração de renda se contrapôs a lentidão de transformações a suportar que atributos e processos configurados no século XVIII persistissem no Oitocentos.

### II. FORMAÇÃO DO MERCADO INTERNO E SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

A formação e desenvolvimento de economia centrada na extração mineral de ouro e diamantes no interior do Brasil colonial determinaram duas formas, em parte superpostas, de provimento da subsistência da população envolvida na mineração. Avaliação panorâmica sugere três etapas: 1ª. No final do século XVII e primeira quadra do século XVIII preponderou o abastecimento realizado a partir do exterior de Minas Gerais; 2ª. Ao longo das quadras intermediárias o abastecimento dividiu-se entre fontes de provimento externas e internas; 3ª. Na última quadra do Setecentos o abastecimento de Minas assentava-se na produção interna. Essa gradual transformação ensejou amplo processo de substituição de importações (ZEMELLA,

1990: 230/234; MAXWELL, 1978: 112/113; MARTINS, 1982: 38).

A inversão do sentido preponderante do comércio exterior de Minas Gerais foi o principal resultado desse processo de substituição de importações. No começo do Dezoito os fluxos mercantis conformavam movimento de caráter centrípeto, ou seja, a balança comercial era francamente desfavorável. Minas Gerais era grande importador de gêneros básicos de subsistência. No final do Setecentos os fluxos mercantis configuravam movimento de caráter centrífugo, com balança comercial superavitária. De grande importadora a capitania passara a principal exportadora de gêneros destinados ao abastecimento do mercado interno colonial (ZEMELLA, 1990: 234; LENHARO, 1979: 58/59; CARRARA, 1997: 34/35 e 187).

Na base dessa radical transformação do comércio de longa distância com o exterior estavam mudanças não menos pronunciadas em estruturas internas de Minas Gerais. Grande crescimento demográfico (LIMA JÚNIOR, 1978: 35/41; MAXWELL, 1978: 110; CARRARA, 1997: 57/58; PAULA, 2000: 34/35), largo processo de urbanização (MAXWELL, 1978: 113 e 119; PAULA, 2000: 34/48) e profunda reestruturação produtiva (MAXWELL, 1978: 110/112; PAULA, 2000: 63/65; CHAVES, 1999: 37/43) modificaram a paisagem mineira.

Ao desenho da distribuição da população e atividades produtivas de Minas Gerais nos primórdios do Oitocentos correspondia comércio com elevado grau de diferenciação. O desenvolvimento de mercados regionais conformava complexa rede mercantil interna, notadamente circuitos campo-cidade. A constituição de divisão regional do trabalho, o desenvolvimento de atividades com relativo grau de especialização, potencializava ligações comerciais inter-regionais (CARRARA, 1997: 33/34; CHAVES, 1999: 103/109).

Paralela à reestruturação produtiva da segunda metade do Setecentos processou-se ampla diversificação dos investimentos dos setores capitalizados da economia de Minas Gerais. Parte dos capitais minerador e agropecuário foram convertidos em capital mercantil. O crescimento das atividades comerciais internas e externas resultou parcialmente do desdobramento de mineradores e fazendeiros em tropeiros e negociantes (LENHARO, 1979: 75/76; CHAVES, 1999: 40/41).

No processo de expansão do setor mercantil os espaços meridionais de Minas ocuparam posição proeminente. Direcionadas para o abastecimento dos centros mineradores desde a primeira metade do Dezoito, essas regiões do sul da capitania desenvolveram, progressivamente, fortes vinculações comerciais com o mercado do Rio de Janeiro. A

acumulação de capital no setor mercantil de abastecimento, interno e externo, permitiu posterior diversificação dos investimentos, mormente na aquisição de terra e desenvolvimento de atividades agropecuárias. O povoamento e exploração econômica dos territórios vazios que separavam os mercados meridionais de Minas do mercado da cidade do Rio de Janeiro se realizaram a partir da projeção dessa acumulação mercantil (LENHARO, 1979: 29 e 32).

### III. COMÉRCIO DE ABASTECIMENTO COM BASE EM IMPORTAÇÕES

Embora sejam crescentes as evidências de que na primeira metade do século XVIII a economia de Minas Gerais alcançara expressiva diversificação (GUIMARÃES, 1986: 15/27), constituindo-se em muito mais do que economia especializada, parece ser consensual que a posição nuclear da extração de ouro e diamantes determinava a necessidade, ao menos nas décadas iniciais, do abastecimento da população mineradora estruturar-se preponderantemente a partir do exterior.

Mafalda Zemella, em pesquisa realizada na década de 1940, estabeleceu quadro circunstanciado dos principais mercados externos que abasteciam Minas Gerais no século XVIII (ZEMELLA, 1990: 55/114).

A origem paulista dos responsáveis pelos principais descobertos auríferos conferiu ao mercado de São Paulo a condição de primeira fonte abastecedora de Minas Gerais. A constituição de grande fluxo migratório e o caráter altamente especializado da economia mineira nos primeiros anos determinaram a elevação dos preços de gêneros básicos de abastecimento e o estímulo ao crescimento da produção paulista de alimentos e manufaturas (ZEMELLA, 1990: 55/60).

A impossibilidade de atendimento das necessidades das zonas mineradoras exclusivamente a partir da produção do planalto paulista estimulou a expansão da criação de animais em direção aos espaços meridionais da Colônia. Agentes mercantis de São Paulo assumiram funções de intermediação do abastecimento de muares e gado *vacum* e cavalos do Rio Grande do Sul e províncias hispano-americanas (ZEMELLA, 1990: 60/61).

No início do século XVIII o porto de Santos respondia por parcela dos escravos e a maior parte das mercadorias européias com destino a Minas Gerais, representando outra vertente de importante comércio intermediado por mercadores paulistas (ZEMELLA, 1990: 61/62).

Com a abertura de caminho que ligou o Rio de Janeiro diretamente a Minas Gerais, o abastecimento a partir de São Paulo foi progressivamente perdendo posição para o mercado carioca. Ainda na primeira metade do século XVIII, a praça da cidade do Rio de Janeiro assumiu posição proeminente no provimento de alimentos, escravos e mercadorias européias. (ZEMELLA, 1990: 65/69).

O mercado baiano era outra importante base de abastecimento da população mineira no início do século XVIII. A praça da cidade de Salvador detinha consideráveis vantagens relativas como provedora de mercadorias européias, principalmente por deter a condição de principal porto da Colônia. Entretanto, a Bahia também se constituiu em importante fornecedora de alimentos, notadamente gado *vacum* criado no sertão (ZEMELLA, 1990: 69/72).

Nos quadros da persistente preocupação com o descaminho do ouro foram criadas restrições ao comércio de Minas com a Bahia. Excetuado o comércio de gado *vacum*, a Coroa procurou interditar as ligações comerciais realizadas com a capitania do norte. A pequena efetividade da legislação restritiva resultou em vigoroso contrabando. Todavia, assim como no caso do comércio a partir de São Paulo, a abertura de comunicação direta com o Rio de Janeiro conduziu o comércio Bahia-Minas a progressiva perda de importância (ZEMELLA, 1990: 72/81).

A intermediação de mercadorias produzidas fora da Colônia conformava parcela substantiva do comércio realizado por paulistas, cariocas e baianos. Manufaturas européias, escravos africanos e muares platinos respondiam por significativa parte dos fluxos mercantis que se dirigiam para Minas Gerais.

Agentes mercantis de Portugal não somente enviavam produtos nacionais para o Brasil, como também, através de mecanismos monopolistas, intermediavam o comércio de manufaturados e alimentos de diversas praças européias e de outras colônias do Império português (ZEMELLA, 1990: 81/83).

Seja através do comércio legal, intermediado pela Metrópole, seja através do nada desprezível comércio de contrabando, realizado diretamente por agentes mercantis ingleses, franceses e holandeses, o largo fornecimento de mercadorias européias para o consumo das populações mineiras determinou a transferência de ponderável parcela da acumulação colonial para fora de Portugal (ZEMELLA, 1990: 83/90).

Se o comércio de muares de origem platina ensejou vigorosa acumulação de capital em São Paulo, não menos possibilitou a expressiva transferência de recursos para a Espanha através de suas províncias coloniais da bacia do Rio da Prata. A permanente expansão da demanda mineira por animais de tropa esteve na base do crescimento desse comércio de muares (ZEMELLA, 1990: 90/97).

A formação e desenvolvimento da economia do ouro em Minas Gerais geraram fortes reflexos no comércio de africanos para o Brasil. O pronunciado crescimento da demanda por escravos repercutiu na elevação dos preços, na expansão de zonas agrícolas especializadas na produção de artigos utilizados no escambo por cativos e na ampliação do comércio intercolonial Brasil-África (ZEMELLA, 1990: 97/114).

### IV. ALGUNS ATRIBUTOS DO COMÉRCIO INTERNO

Cláudia Chaves, especialmente fundamentada em documentação de postos fiscais, delineou um ponderável conjunto de características do comércio interno de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII (CHAVES, 1999).

A circulação interna de mercadorias realizava-se de forma desconcentrada, com a participação de grande número de agentes comerciais. À habitual participação direta ou indireta do fazendeiro na comercialização de sua produção somava-se a presença de comerciantes com atuação de caráter especulativo. A desconcentração do mercado consumidor, associada à precariedade dos transportes, impunha a diversificação das mercadorias do comércio interno de Minas Gerais (CHAVES, 1999: 160/161).

Dada a ubiqüidade da produção de víveres em Minas Gerais, no comércio de média e longa distância estavam

praticamente ausentes uma extensa relação de mercadorias (milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, fubá, hortaliças, frutas, ovos, aves, azeite de mamona, dentre outros). O abastecimento de mantimentos realizava-se localmente, portanto não detectável nos postos fiscais. Os próprios produtores ou atravessadores respondiam pelo comércio vicinal de víveres, mormente nas mais importantes vilas (CHAVES, 1999: 91/94).

Investigação de preços de mercados regionais mineiros (Mariana, 1716/24; Ouro Preto, 1752/78; Caeté, 1785/1808; Paracatu, 1744/53; Demarcação Diamantina, 1734/44 e 1774/85), revelou importantes aspectos da dinâmica do comércio do século XVIII. Os resultados apontaram para algumas variações espaciais de preços: 1. flutuações inter-regionais afirmaram a não integração dos mercados regionais; 2. variações intra-regionais ressaltaram alterações na oferta decorrentes da sazonalidade safra/entressafra, assim como mudanças climáticas intersafras; 3. divergências inter-capitanias (Minas Gerais - Rio de Janeiro), resultavam da “continentalidade a que estavam sujeitos os preços de mercadorias que a capitania importava”. Do exame da dinâmica no tempo sobressaiu a constatação da estabilidade e nível baixo dos preços ao longo da segunda metade do Setecentos (1750 - 1808), interpretada como resultante do desenvolvimento da agricultura e pecuária (CARRARA, 1997: 73/99).

#### V. TIPOLOGIAS DE COMERCIANTES E DE FORMAS DE COMÉRCIO

Mafalda Zemella distinguiu três agentes mercantis segundo a natureza da mercadoria transportada: 1. tropeiros e a condução de tropas de muar para cargas em geral; 2. boiadeiros e a condução de boiadas; 3. comboieiros e a condução de escravos (ZEMELLA, 1990: 139). Verificou três tipos de estabelecimentos e propôs caracterização segundo a mercadoria comercializada: 1. loja e o comércio exclusivo de fazendas secas – “armarinhos, tecidos, enfim, artigos para indumentária, utilidades domésticas, perfumarias, etc.”; 2. venda e o comércio de secos e molhados – “quase todos os artigos que se encontravam nas lojas, e mais os ‘molhados’, isto é, as bebidas, os comestíveis, as gulodices, etc.”; 3. botica e o comércio de medicamentos (ZEMELLA, 1990: 163/165).

Cláudia Chaves estabeleceu tipologia fundada na mobilidade ou fixação do comerciante: 1. comércio volante, compreendendo tropeiros, comboieiros, boiadeiros, atravessadores, mascates e negras de tabuleiro; 2. comércio fixo, abrangendo vendeiros, lojistas, comissários e taverneiros (CHAVES, 1999: 49/61).

À associação dos pequenos vendeiros e ambulantes ao comércio varejista não correspondia à vinculação da elite mercantil ao comércio atacadista. Muitos retalhistas estabelecidos nos principais centros urbanos da capitania também se envolviam no comércio grossista, abastecendo agentes mercantis volantes ou fixos (FURTADO, 1999: 249/250 e 271/272).

Dos problemas decorrentes da consideração de qualquer sistema de classificação de comerciantes e das formas de comércio do século XVIII sobressaem os riscos decorrentes da simplificação excessiva, da desconsideração da superposição de categorias e da própria fluidez do envolvimento em atividades mercantis (FURTADO, 1999: 230/234).

Comerciantes eventuais, indivíduos com outras ocupações regulares e que se envolviam de forma indireta, uma única vez ou esporadicamente, em operações mercantis, compõem o complexo universo do comércio de Minas Gerais no século XVIII e dificultam a categorização de seus agentes (FURTADO, 1999: 260/262).

#### VI. TROPEIROS, COMBOIEIROS, BOIADEIROS E MASCATES

Desde o início do Setecentos foi se estabelecendo ampla rede de apoio à circulação de mercadorias. A deficiência das vias de comunicação terrestres, precariedade dos meios de transporte e morosidade dos deslocamentos impuseram a constituição de atividades de suporte aos viajantes (ZEMELLA, 1990: 138). Ao longo dos principais caminhos foram sendo concedidas sesmarias destinadas ao desenvolvimento de atividades agrícolas que assegurassem o abastecimento das tropas em circulação (GUIMARÃES, 1986: 12/13). Numerosos ranchos e vendas foram progressivamente construídos, proporcionando maior comodidade ao grande número de tropeiros que pernoitava nas estradas (ZEMELLA, 1990: 134/135).

No comércio itinerante de longa distância atuavam tropeiros, comboieiros, boiadeiros e mascates. Em geral, os três primeiros estavam adstritos ao transporte de mercadorias próprias ou de terceiros, com o objetivo de entrega ou venda em destino pré-estabelecido. Por outro lado, os mascates se constituíam nos agentes mercantis itinerantes por excelência, tendiam a comercializar a varejo pequenas quantidades de mercadorias, adquiridas com recursos próprios ou com créditos cedidos por grandes comerciantes, e atuavam em variados espaços urbanos e rurais.

No decorrer do século XVIII observou-se paulatina desconcentração da circulação de mercadorias em Minas Gerais, com a crescente entrada de novos agentes mercantis. Na segunda metade da centúria estava consolidada a propensão das grandes unidades rurais possuírem tropa própria e responderem pela colocação direta de seus excedentes no mercado, portanto sem intermediação (CHAVES, 1999: 51/52).

Dentre os agentes da circulação de longa distância, os boiadeiros se distinguiam pelo elevado grau de especialização mercantil. Quase sempre limitados ao comércio de gado *vacum*, algumas vezes conduziam também outras criações e subprodutos da pecuária. O mesmo parece ter ocorrido apenas parcialmente no caso dos comboieiros, que com exceção da maioria daqueles que freqüentava o corredor Rio-Minas, poucas vezes transportavam exclusivamente escravos (CHAVES, 1999: 52/55).

A extrema mobilidade e contato com largos estratos sociais projetavam sobre os mascates o estigma de contrabandistas, ao menos em potencial. Dessa realidade ou suposição resultou a permanente fiscalização de suas atividades, quando não a deliberada repressão. No final do século XVIII, a regulamentação e imposição de tributos à mascateação sugerem reorientação determinada pela ineficiência das medidas repressivas (CHAVES, 1999: 56).

## VII. PRESENÇA FEMININA NO PEQUENO COMÉRCIO URBANO

Talvez o principal atributo distintivo do pequeno comércio urbano de Minas Gerais no século XVIII fosse a larga participação de comerciantes do sexo feminino. Em estabelecimentos fixos ou no comércio ambulante, mulheres de baixos estratos sociais, livres e escravas, respondiam pelo provimento de gêneros básicos para as populações cativas, forras e livres pobres dos espaços urbanos mineradores (FIGUEIREDO, 1993: 33/34).

A fatia do pequeno comércio controlada pelas mulheres cresceu ao longo do século XVIII em estreita correlação com o aumento da população feminina, ampliação do mercado consumidor e evolução da mineração. Na segunda metade da centúria, a progressiva quebra do forte desequilíbrio na composição por sexo da população, o crescimento do número de trabalhadores em atividades extrativas e a expansão da mineração de fiação associada à crise do setor impulsionaram o desenvolvimento do pequeno comércio e o concomitante alargamento da participação de mulheres, sobretudo forras (FIGUEIREDO, 1993: 56/58).

Conquanto a destacada presença feminina no pequeno comércio fosse comum aos principais centros urbanos do Brasil colonial, bem como estivesse assegurada por legislação específica na Metrópole, avaliou-se que em Minas Gerais esse espaço de atuação da mulher tenha alcançado dimensão e repercussão social e econômica sem paralelo (FIGUEIREDO, 1993: 34/38).

A participação feminina nessas atividades comerciais ensejou preocupação da administração colonial. O estabelecimento ou trânsito em áreas de mineração, que concentravam grandes contingentes de escravos, despertou obsessiva atenção do Estado que tendeu a associar essa modalidade de comércio a uma série de ilícitos (FIGUEIREDO, 1993: 43).

A ambigüidade marcou a relação do Estado frente aos pequenos estabelecimentos mercantis e comércio ambulante. Restrições e repressão conviveram com a permanente tentativa de regulação e imposição de tributos (FIGUEIREDO, 1993: 44/54 e 205/214).

Nos pequenos estabelecimentos comerciais as camadas populares encontravam alimento, vestuário, instrumentos de trabalho e, ao mesmo tempo, pródigo espaço de sociabilidade. Ao lado do provimento das necessidades básicas, nas vendas realizava-se toda sorte de negócios lícitos e ilícitos. O consumo desregrado de bebidas alcoólicas estimulava desordens, a concentração de escravos facilitava ações de resistência ou rebeldia, a confluência de desclassificados sociais promovia manifestações culturais marginais (FIGUEIREDO, 1993: 43/44).

As características do pequeno comércio urbano ensejavam a eventualidade da participação no setor e o surgimento de estabelecimentos clandestinos. As “vendas ocultas” funcionavam em espaços interditados e propendiam à associação com ilícitos (FIGUEIREDO, 1993: 46 e 53/54).

Assim como nos pequenos estabelecimentos comerciais, as mulheres dominavam o comércio ambulante. As atividades das “negras de tabuleiro” tendiam a transcender a comercialização de comestíveis, apresentando forte associação com o consumo excessivo de aguardente por parte dos escravos e a prostituição. Na persistente perseguição ou tentativa de regular o comércio ambulante o

Estado encontrou grande dificuldade na dispersão espacial das “negras de tabuleiro” (FIGUEIREDO, 1993: 60/71).

## VIII. ELITE MERCANTIL E DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Não eram incomuns redes comerciais com interesses que se ramificavam em grandes extensões territoriais, às vezes coordenadas a partir de comerciantes residentes na Metrópole. Ainda mais freqüente era a associação do comércio com a mineração e/ou agricultura e pecuária. A diversificação dos investimentos sugere múltiplas origens para o grande capital mercantil setecentista, assim como aponta para a conversão desse mesmo capital mercantil em capital agrário e minerador.

A diversificação de atividades e investimentos dos comerciantes incluía larga concessão de crédito, tráfico de escravos, agropecuária e mineração. Propriedades rurais e lavras minerais foram arroladas com bastante freqüência nos inventários e testamentos (FURTADO, 1999: 243/247). Estudo com base em inventários de escravistas da comarca do Serro Frio, referentes à segunda metade do século XVIII, revelou habitual associação do comércio com a agropecuária e a mineração (MENESES, 2000: 135/137).

A grande maioria dos comerciantes possuía escravos. Preponderavam as pequenas e médias posses, embora fosse significativo o número relativo de comerciantes proprietários de grandes plantéis. Entre esses grandes escravistas predominava a referida associação do comércio com a agropecuária ou mineração, ou ainda com o tráfico de escravos (FURTADO, 1999: 248/249).

Pronunciada origem portuguesa definia outro traço da elite mercantil de Minas Gerais. Ao mencionado universo de inventários e testamentos foram agregados documentos de devassas de Visitações Eclesiásticas, também da primeira metade do século XVIII, que permitiram a Júnia Furtado constatar que o segmento mais lucrativo do comércio mineiro estava sobre o controle de reinóis.

## IX. FORMAS CREDITÍCIAS E ENDIVIDAMENTO

Intricada rede de crédito espraiava-se pelo território mineiro, ramificava-se em praças mercantis de outras capitanias, sobretudo a cidade do Rio de Janeiro, e transpunha o Atlântico, alcançando a Metrópole e outras nações européias. O endividamento tornou-se fenômeno comum a ponto de determinar elevados patamares para as taxas de juros praticadas, compensação necessária para o alto risco da concessão de crédito. O recurso indiscriminado ao crédito, principalmente como decorrência de imperfeita avaliação das perspectivas de rentabilidade da atividade mineradora, engendrou quadro de insolvência generalizada e conseqüente insegurança econômica. Em meados do século começaram a surgir, de forma substantiva, restrições à concessão de crédito, especialmente a partir do momento em que o Estado estabeleceu legislação com vistas a proteger de execução grandes escravistas mineradores (ZEMELLA, 1990: 152/161).

Júnia Furtado constatou a elevada freqüência de dívidas ativas e passivas de comerciantes da primeira metade do século XVIII. Verificou, como Zemella, a existência de redes de crédito com ramificações pelo território mineiro e que alcançavam praças mercantis de outras capitanias e de Portugal. Parte desse crédito criava compromissos internos ao setor mercantil de Minas Gerais, notadamente entre

grandes atacadistas e pequenos comerciantes, assim como compromissos externos, sobretudo entre a elite mercantil mineira e o grande capital comercial do Rio de Janeiro, Bahia e Portugal (FURTADO, 1999: 122/132).

Cláudia Coimbra do Espírito Santo estudou forma limite de concessão de crédito no século XVIII. Mercadorias, serviços ou recursos monetários eram adquiridos apenas com o empenho da palavra por parte do devedor, dispensando qualquer documento escrito a comprovar a contração de dívida. O pequeno valor médio dos débitos e o predomínio de mercadorias como objeto das dívidas inscrevia essa modalidade de crédito nos quadros das relações mercantis acessíveis a baixos estratos sociais. Subjacente a essa prática creditícia estava o pressuposto da validade da palavra empenhada e socialmente reconhecida, portanto meio eficiente para a formalização de dívida contraída. Entretanto, assim como no caso dos débitos inscritos em promissórias, essa modalidade de crédito gerou tensões entre credores e devedores. O não reconhecimento das dívidas redundava na abertura de processos judiciais específicos, as “Ações de Almas”, que em geral resultavam na admissão da obrigação por parte do devedor (ESPÍRITO SANTO, 2003: 42/49 e 58/75).

Se o amplo recurso ao crédito no Setecentos é consenso historiográfico, por outro lado parece ser exíguo o conhecimento acumulado sobre práticas de escambo em Minas Gerais. É provável que a largueza com que se recorreu ao crédito encontrasse paralelo na vigência muito mais ampla de transações realizadas sem a mediação de moeda.

Crédito, endividamento e escambo impõem a relativização do suposto elevado nível de monetização da economia mineira. Em parte relativizam a própria noção de que a grande disponibilidade de meio circulante foi indutora do desenvolvimento do comércio em Minas Gerais no século XVIII (CHAVES, 1999: 38; FURTADO, 1999: 197/198; PAULA, 2000: 72/73). Da mesma forma que é incontestável que a economia mineira permitiu ponderável acumulação mercantil (CHAVES, 1999: 41/42), parece também indubitável que parcela substantiva da população esteve à margem ou precariamente inserida no mercado. Além disso, imprescindível considerar as transformações da segunda metade do Dezoito, que repercutiram na disponibilidade de meio circulante e desenvolvimento das atividades comerciais (CARRARA, 1997: 34; CHAVES, 1999: 43/45).

#### X. REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES MERCANTIS: ATRAVESSADORES E ESPECULADORES

A relação do Estado com o setor mercantil de Minas Gerais pode ser segmentada em três dimensões: 1. fiscalização das atividades comerciais em geral, especialmente orientada para o impedimento do descaminho do ouro; 2. repressão aos ilícitos associados ao pequeno comércio; 3. regulação do abastecimento dos centros mineradores, sobretudo inibição da ação de atravessadores e especuladores. Se nas duas primeiras dimensões sobressaía a preocupação direta com o contrabando e sonegação fiscal, na terceira a administração colonial intentava criar mecanismos que assegurassem o provimento dos mercados urbanos.

Ao longo do Setecentos, o monopólio da oferta e a especulação com preços de gêneros alimentícios eram

práticas que se combinavam na geração de desabastecimento e elevação do custo de vida nos principais centros urbanos de Minas Gerais. Durante todo o século XVIII o Estado mobilizou-se na tentativa de coibir essas práticas, embora com resultados limitados (CHAVES, 1999: 57/59; SILVA, 2000: 95/96).

Na segunda metade do Dezoito, o mencionado crescimento dos fazendeiros que estabeleciam relação direta com o mercado consumidor resultou na restrição do campo de atuação de comerciantes especializados na intermediação. A constituição de tropas próprias conferia autonomia a parcela dos fazendeiros, frente a açambarcadores e comissários, e lhes permitia o gradual controle da circulação e comercialização. Entretanto, com o objetivo de obter melhores preços, também os produtores/tropeiros se envolviam em práticas especulativas, retendo estoques e buscando mercados com melhores expectativas de lucro (CHAVES, 1999: 61/66).

Regularizar o abastecimento dos espaços mineradores, estabelecer normas para a comercialização de gêneros básicos e auferir receitas com a imposição de tributos às atividades comerciais foram os principais objetivos que orientaram a ação do Estado para o segmento do setor mercantil voltado para o provimento dos centros urbanos. Demarcação de espaços para o exercício de atividades comerciais, tabelamento de preços, licenciamentos para estabelecimentos comerciais, aferição de pesos e medidas, determinação de quotas de comercialização, repressão à especulação e punição de contraventores conformavam quadro em que fiscalismo e o imperativo do abastecimento combinavam-se na geração de tensões nos mercados urbanos de Minas no século XVIII (CHAVES, 1999: 62/71; SILVA, 2000: 97/117).

#### XI. A HERANÇA DO COMÉRCIO COLONIAL MINEIRO

Na passagem do século XVII ao XVIII o imperativo do abastecimento dos centros mineradores. Na transição do Setecentos para o Oitocentos a necessidade de provimento da maior e mais urbanizada população do Brasil. A formação e desenvolvimento do complexo mercantil de Minas Gerais geraram profundas repercussões econômicas, sociais, culturais e políticas. Nas conclusões da seminal pesquisa de Mafalda Zemella foi apresentado quadro geral dos desdobramentos das atividades mercantis do período colonial mineiro.

##### Herança do comércio colonial de Minas Gerais

Crescimento da produção colonial orientada para o mercado interno.	- expansão da produção de gêneros da agricultura e pecuária; - desenvolvimento da indústria de transformação.
Estabelecimento de conexões mercantis entre os espaços econômicos coloniais.	- confluência de fluxos terrestres e marítimos para os espaços da mineração;  - fortalecimento da unidade territorial brasileira.
Abertura de vias de comunicação e constituição de sistema de transportes.	- conformação do tropeirismo como base da circulação mercantil interna;

	- surgimento dos principais caminhos do Brasil colonial.
Incremento das importações e desenvolvimento de cidades portuárias.	- atendimento de mercados consumidores com elevado poder aquisitivo;
	- ampliação do contrabando de mercadorias européias.
Intensificação do comércio atlântico de escravos africanos.	- atendimento da expressiva demanda da mineração por mão-de-obra cativa; - estímulo à produção de gêneros utilizados no escambo por escravos.
Crescimento demográfico decorrente de fluxos migratórios.	- participação de imigrantes no comércio de abastecimento.
Expansão da fronteira e efetiva ocupação do extremo sul da Colônia.	- comércio de muares para os espaços da mineração.
Ascensão da cidade do Rio de Janeiro a principal centro econômico e político.	- porto de entrada de mercadorias importadas destinadas a Minas Gerais.

Fonte: Zemella, 1990: 237/238.

## XII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARRARA, Ângelo Alves. **Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674 - 1807)**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997. Tese de doutorado.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.
- ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra do. **A economia da palavra: ações de alma nas Minas setecentistas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. Dissertação de mestrado.
- FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edumb, 1993.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)”. **Revista do Departamento de História**, pp. 7 a 36. Belo Horizonte, Fafich/UFMG, 1986.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1978.
- MARTINS, Roberto Borges. “A economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. **Texto para discussão Nº.10**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.
- MAXWELL, Kenneth R. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MENESES, José Newton Coelho. “Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do Serro Frio, século XVIII”. **Anais do IX Seminário sobre a economia mineira**, pp. 123 a 146. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.

PAULA, João Antônio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Flávio Marcus da. “Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII”. **Anais do IX Seminário sobre a economia mineira**, pp. 95 a 121. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec e Edusp, 1990.

## XIII. COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.